

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.564 - RS (2019/0125916-8)

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE RIO PARDO - RS**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTA CRUZ DO SUL - SJ/RS**  
**INTERES.** : **ZANINO MACHADO**  
**ADVOGADOS** : **ANDERSON SAUZEM MACHADO - RS078181**  
: **BETIELI DA ROSA SAUZEM MACHADO - RS107194**  
: **ANDREI DA ROSA SAUZEM MACHADO - RS108849**  
**INTERES.** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

### DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado entre o Juízo de Direito da Segunda Vara de Rio Pardo e o Juízo Federal da Segunda Vara de Santa Cruz do Sul, em ação em que se postula o ressarcimento dos danos causados pelo INSS, ao deixar de cumprir a ordem judicial de modificar o auxílio-doença previdenciário em acidentário (e-STJ fls. 8/17).

O Juízo Federal declinou da competência sob o fundamento de que a pretensão guarda nítida relação à não concessão do benefício auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), "que é a relação jurídica previdenciária base" (e-STJ fls. 90/93). O Juízo de Direito, por sua vez, também declinou de sua competência em razão de compreender que a controvérsia cinge-se a pedido de indenização por danos morais, sob a alegação de que a referida autarquia federal não teria cumprido a ordem judicial, sem relação de trabalho ou pretensão em obter benefício por acidente de trabalho (e-STJ fls. 151/154).

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pela declaração da competência do Juízo Federal (e-STJ fls. 159/164).

Passo a decidir.

Como é cediço, a competência da Justiça Federal é definida em razão do interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas federais, seja na condição de rés, assistentes ou oponentes, à exceção das demandas de natureza especializada, tais como as de falência, acidente de trabalho e as sujeitas às Justiças Eleitoral e do Trabalho, *ex vi* do art. 109, I, da Carta Magna.

Outrossim, a competência *ratione materiae*, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo esta caracterizada pelo pedido e pela causa de pedir.

A propósito:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA DEDUZINDO PEDIDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

# Superior Tribunal de Justiça

1. A definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada). Precedentes: CC 51.181-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 20.03.2006; AgRg no CC 75.100-RJ, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.11.2007; CC 87.602-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22.10.2007.

2. No caso, a autora ajuizou, em face do INSS, pedidos para concessão de benefícios previdenciários (e não de natureza acidentária). Nos termos como proposta, a causa é da competência da Justiça Federal.

3. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça Federal, a suscitada.

(CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/03/2012, DJe 03/04/2012).

No presente caso, da análise dos autos, depreende-se que trata de demanda de ressarcimento por danos morais, dirigida contra autarquia federal, sem requerimento, na exordial, de concessão de benefício acidentário, a demonstrar, tão somente, a discussão a respeito da responsabilidade do agente público federal.

Consoante as Súmulas 15 do STJ e 501 do STF, compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho, o que não se verifica na espécie. Confira-se o precedente:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA, DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. TRABALHADOR AUTÔNOMO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na linha dos precedentes desta Corte, "competê à Justiça comum dos Estados apreciar e julgar as ações acidentárias, que são aquelas propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social, visando ao benefício, aos serviços previdenciários e respectivas revisões correspondentes ao acidente do trabalho. Incidência da Súmula 501 do STF e da Súmula 15 do STJ" (STJ, AgRg no CC 122.703/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/06/2013)

II. É da Justiça Estadual a competência para o julgamento de litígios decorrentes de acidente de trabalho (Súmulas 15/STJ e 501/STF).

III. [...].

IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no CC 134.819/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, DJe 05/10/2015) (Grifos acrescidos).

Todavia, é da competência da Justiça Federal o julgamento de ações dirigidas contra ente público federal, como indicam a jurisprudência apontada pela douta Subprocuradoria-Geral da República:

# Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS AJUIZADA CONTRA O INSS. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATO PRATICADO POR AGENTE PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal e o Juízo Estadual, nos autos de ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada por empregado celetista contra o INSS, por ato praticado por médico-perito da autarquia.

2. A causa não se refere à ação de indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho formulada pelo empregado contra o empregador, de modo que não incide o art. 114, VI, da Constituição da República.

**3. Funda-se a ação na responsabilidade da Administração Pública pelos atos praticados por seus agentes no exercício da função, conforme preceitua o § 6º do art. 37 da Carta Magna. Logo, a competência deve ser atribuída na conformidade do que dispõe a primeira parte do art. 109, I, da Carta Magna.**

4. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça Federal, o suscitado.

(CC 106.797/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 22/10/2009) (Grifos acrescidos).

PROCESSO CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - ATO ADMINISTRATIVO PRATICADO PELO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS.

1. Tratando-se de ação de reparação por dano moral que tem como fundamento ato administrativo, supostamente indevido, praticado pelo INSS, é competente para o seu processamento e julgamento a Justiça Federal Comum, por não se tratar na hipótese de demanda relativa a benefício previdenciário ou dano material ou moral decorrente de acidente de trabalho.

2. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Federal Comum da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

(CC 54.773/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2006, DJ 06/03/2006, p. 136).

Ante o exposto, com base no art. 955, parágrafo único, I, do CPC/2015, CONHEÇO do presente conflito para declarar competente para a causa o Juízo Juízo Federal da Segunda Vara de Santa Cruz do Sul – SJ/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator